

Fernando Pestana

NORMA CULTA inCULTA

A SUBVERSÃO da GRAMÁTICA



MINOTAURO

Norma Culta Inculta

Copyright © 2026 Minotauro.

Minotauro é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Fernando Pestana

ISBN: 978-65-6143-115-6

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P472n

Pestana, Fernando

Norma culta inculta: a subversão da gramática /
Fernando Pestana. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Minotauro, 2026.
320 p.; 15,7 x 23 cm.

ISBN 978-65-6143-115-6

1. Língua portuguesa – Gramática. 2. Norma culta.
3. Linguística. 4. Ensino da língua portuguesa.
- I. Título.

CDD 469.5

Índice para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa: Gramática 469.5

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutös

Produtora Editorial: Rita Motta



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
afiliada à:



ablr
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
DIREITOS REPROGRÁFICOS

ASSOCIADO



GRAMATIQUEIROS

Uma tremenda aldrabice
é a de corrigir errado.
Quem vem com gramatiquice,
antes ficasse calado.

Não há maior patacoada
que corrigir incorreto.
Se é para dar regra errada,
melhor era ficar quieto.

Tal como os maus sapateiros
remendam despedaçando —
assim os gramatiqueiros
bem fazem nada falando.

Eis sua inglória missão:
tortamente endireitar.
Grande ajuda nos darão
em não nos atrapalhar.

LINGUISTIQUEIROS

Para o linguista ordinário
o registro culto é achado
não no mestre literário,
mas no analfa diplomado.

Coisa muito conveniente
a uma linguística estulta
é impingir a toda a gente
uma norma culta inculta.

(Percival de Carvalho)

SOBRE O AUTOR

Fernando Pestana é mestre em Linguística pela Universidade do Porto (Portugal), professor de Língua Portuguesa formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor do livro *A Gramática para Concursos Públicos* e de outras obras na área educacional, criador dos aplicativos *Mister Crase* e *Decore as Conjunções*. É colaborador no *Comitê de Avaliação da Olimpíada de Português*, integrante da equipe do *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* e fundador da página *Língua e Tradição*.

Caso haja alguma dúvida específica ou algum interesse a respeito das fontes dos argumentos aqui empregados, não hesite em me contatar: agramaticadopest@gmail.com.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
COMO IRRITAR DOIS NEURÔNIOS	3
INCOERÊNCIAS	6
DADOS INCONVENIENTES...	18
CAGADORES DE REGRAS	21
HONESTIDADE E ASCENSÃO INTELECTUAL	24
UMA AFIRMAÇÃO "MEIA" QUESTIONÁVEL	29
NOVAS GRAMÁTICAS, NOVAS ABORDAGENS?	32
ATAQUES INFUNDADOS	37
A MODA PASSA, O ESTILO REALMENTE PERMANECE	40
ATIRANDO DARDOS NOS ALVOS ERRADOS	43
A IMPORTÂNCIA DA MÁQUINA DO TEMPO	50
NÃO EXISTE BOA INTENÇÃO SEM AMOR À VERDADE	53
LÍNGUA: DIVERSIDADE E UNIDADE	56
UMA NORMA CULTA INCULTA	60
NÃO EXISTE CIÊNCIA SEM PROVAS, EXISTE?	62
A LÍNGUA NÃO É SÓ O QUE SE DIZ	65
MENTIRAS LINGUÍSTICAS REVELADAS	67
ASSISTIR AO FILME — ARCAÍSMO?	72
A "NORMA CULTA" ENTROU EM COMA...	75
QUEM SABE DAQUI A ALGUMAS DÉCADAS...	78
UMA RESPOSTA À MEDIOCRIDADE VIGENTE	83
O PROJETO "NURC" E SEUS FRUTOS (EM 3 ATOS)	91
A LITERALIZAÇÃO DO PENSAMENTO... E A SOLUÇÃO	100
A DIMENSÃO DEONTICA DA LINGUAGEM	106
1985 — ATÉ QUE SE PROVE O CONTRÁRIO...	109
OPINIÃO X FATO — LINGUISTAS BRASILEIROS	115
PRECONCEITO X JULGAMENTO	118
A INTENÇÃO DE TODA CRÍTICA INFUNDADA	121

PESADAS ACUSAÇÕES NA ÁGORA MODERNA	124
AFINAL, "ENTRE EU E X" OU "ENTRE MIM E X"?	130
QUEM DERA SE FOSSE FANFIC...	137
FATOS NÃO SE IMPORTAM COM OPINIÕES	141
NUM CORREDOR UNIVERSITÁRIO HIPOTÉTICO	145
MACHADO DE ASSIS E O "MEIA"	148
A GENTE = NÓS?	157
A CRÍTICA À CENSURA: CEGALLA	160
LINGUAGEM JORNALÍSTICA: FONTE DA NORMA CULTA?	163
GRAMÁTICA NORMATIVA — PARA QUÊ?!	168
A HIPERCORREÇÃO DA CORREÇÃO	171
TRADIÇÃO > INOVAÇÃO > RENOVAÇÃO	174
PRESTÍGIO LINGUÍSTICO: CAUSA OU EFEITO?	179
VERDADE RETÓRICA X VERDADE EMPÍRICA	182
PRETÉRITO MAIS-QUE-PÉRFEITO... MORREU?	187
RELATIVIZAR PARA DES(A)CREDITAR	190
PASSA BOI... PASSA BOIADA... E ALGUÉM VÊ?	194
CADA ENXADADA, UMA MINHOCA	200
É VERDADE, MAS...	205
NÃO SURPREENDE, MAS AINDA ESPANTA	209
O QUE ESTÁ POR TRÁS DA...	223
O "INAF 2024" E A INSUSTENTÁVEL TESE DE RECONHECIDOS	
LINGUISTAS BRASILEIROS	229
COMPARE AS DUAS VISÕES	233
O QUE É PRETUGUÊS?	235
MAIS UMA DESCONFIANÇA CONFIRMADA	240
SERÁ QUE EXISTE TEXTO MAL ESCRITO?	245
RESPOSTAS SIMPLES A PERGUNTAS (APARENTEMENTE) COMPLEXAS	248
É PRECISO FAZER O QUE NÃO FIZERAM	252
NEM TODA MUDANÇA É PROGRESSO	256
NORMA-PADRÃO: O TUDO QUE NÃO É NADA	260
PARADIGMA — SINTAGMA — NORMA CULTA	263
"JOVENS, ENVELHEÇAM..."	267
A LÓGICA DA HIERARQUIA LINGUÍSTICA	270
UMA "TRETA" ENTRE DOIS GRANDES NOMES	275
QUESTIONANDO O TEXTO DE UM CONHECIDO LINGUISTA	278
ESCOLHA A SUA NORMA "CULTA"	290
EUGENIO COSERIU, SEMPRE BRILHANTE!	293
FILHOS SIAMESES DE PAIS DIFERENTES	296
NORMA CULTA — UMA QUESTÃO ONTOLÓGICA	305
SUPERAR A TRADIÇÃO, CONTINUANDO-A	311

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne textos publicados por Fernando Pestana entre os anos de 2022 e 2025. São artigos originalmente divulgados no Facebook, meio no qual permaneceram dispersos, sujeitos à descontinuidade e ao risco de se perderem com o passar do tempo. Diante disso, a proposta desta obra foi selecionar, organizar e preservar esse material, oferecendo-lhe, na solidez de um corpo, a permanência.

Para tanto, busquei compor um livro que possuísse unidade temática, coerência interna e força argumentativa, mas que preservasse a vivacidade e o frescor que os textos carregavam originalmente. Alguns aspectos foram decisivos para as escolhas: a robustez dos dados, a clareza dos exemplos, a precisão conceitual, a qualidade da escrita e a capacidade de oferecer giros de perspectiva sobre os assuntos tratados. Cada artigo contribui assim para a construção de uma reflexão ampla, fundamentada e, acredito, extremamente necessária sobre o tema central do livro: a mudança (equivocada e nociva) do entendimento do que vem a ser a norma culta da língua portuguesa.

A esse eixo central somaram-se outros: a crítica aos ataques sistemáticos à gramática normativa, a desmontagem de falácias que ganharam *status* de verdade para certos setores da linguística, a análise dos efeitos desse fenômeno sobre o ensino da língua portuguesa e o progressivo abandono da linguagem literária — aquela de mais alta elaboração estética e intelectual — como referência maior da norma-padrão.

Ao longo da organização, uma característica dos textos se revelou evidente, mas, longe de ser um problema, acabou por se mostrar uma virtude. Pela própria natureza dessas publicações, originalmente independentes e pensadas para circular nas redes, há, sim, pontos de retomada, reforço e reaparição. Mas isso, em vez de representar um excesso,

comprovou-se um benefício pedagógico: cada texto complementa o outro, ao mesmo tempo em que sedimenta conceitos e amplia horizontes. É como se, a cada volta, o leitor pudesse observar o mesmo objeto, mas sob ângulo diferente, com outra luz, vislumbrando detalhes que antes não estavam nítidos. Por isso, este livro não se repete, ele se espirala. E, nessa espiral, as ideias vão se adensando, tornando-se cada vez mais consistentes.

Por tudo isso, considero o trabalho de Fernando Pestana fundamental. Trata-se de um autor que, no contexto brasileiro, vem desempenhando um papel singular, visto que nenhum outro linguista, ao menos até aqui, decidiu enfrentar com coragem, de modo tão direto e vigoroso, as questões que este livro discute, apontando nominalmente os responsáveis pela disseminação de uma visão deturpada do conceito de norma culta.

Se é verdade que alguns dos artigos podem suscitar desconforto ou gerar interpretações equivocadas — sobretudo da parte de quem não percebe que o alvo da crítica não são pessoas, mas ideias —, também é verdade que esse incômodo, quando bem orientado, pode ser fértil. Divergências, quando embasadas, podem dar lugar a avanços, enquanto bate-bocas recheados de impropérios sempre se mostram infrutíferos. Assim, o que este livro propõe não são embates pessoais, mas a recuperação de um conceito central para a linguística: a norma culta, compreendida não como imposição arbitrária ou opressão elitista, mas como patrimônio cultural, construção histórica e instrumento para uma formação intelectual que se eleve sobre o paradigma mais rasteiro há décadas estabelecido.

Ao leitor, cabe agora percorrer estas páginas, que não oferecem respostas prontas nem fórmulas simplificadoras, mas um convite à honestidade e à pesquisa sem militância partidária ou obrigação perante grupos profissionais ou ideológicos.

Que este livro seja, pois, como foi para mim ao organizá-lo, uma oportunidade de aprendizado e de redescoberta do valor que a língua, quando bem cultivada, pode ter na vida de cada um de nós.

(Rodrigo Barreto)



COMO IRRITAR DOIS NEURÔNIOS

13 de fevereiro de 2022

Uma das mais irritantes falácias defendidas por certos linguistas é definir a norma-padrão da língua portuguesa como anacrônica, artificial.

Na página 206 do livro *Por que a escola não ensina gramática assim?* (2014), encontramos a seguinte definição sobre o conceito de norma-padrão, retirada da página 984 da gramática do linguista Marcos Bagno:

Norma-padrão: ‘Conjunto de regras prescritivas, inspirado no uso literário de alguns poucos escritores do passado considerados como exemplares e como modelos a ser imitados’. Não corresponde ao uso **real** da língua. (grifo meu)

Ora, se a norma-padrão “não corresponde ao uso **real** da língua”, e a língua se manifesta por meio da fala e da **escrita** em diferentes níveis de formalidade, isso forçosamente tem de significar que, inclusive no registro culto **escrito**, tal norma-padrão deve inexistir como realidade linguística. Certo?

Errado.

E os fatos é que desmentem os argumentos que insistem em criar um falso abismo entre a “norma-padrão” e a “norma culta”, na **escrita**.

Antes de eu tratar disso mais abaixo, segue a definição do mesmo linguista supracitado a respeito da “norma culta” (retirada também da página 984 de sua gramática):

Norma culta: ‘Conjunto formado pelas variedades urbanas de prestígio, faladas e **escritas** (grifo meu) por cidadãos e cidadãs com vivência urbana e elevado grau de letramento (objetivamente quantificado pela posse de um diploma de curso superior)’.

Em outras palavras, a “norma-padrão” supostamente seria um conjunto de regras gramaticais **artificiais** apresentadas nas gramáticas normativas, enquanto a “norma culta” é um conjunto de regras gramaticais **reais** usadas por pessoas com ensino superior completo.

Será?!

Se partirmos da premissa factual de que a “norma-padrão” se baseia na **escrita**, o justo é compararmos essa norma com a “norma culta” **escrita**. Então assim o faremos agora, com a seguinte pergunta de 1 milhão de dólares em mente:

— Quão realmente diferente a “norma-padrão” é da “norma culta” na escrita, isto é, quão distantes estão as regras de concordância, regência, colocação pronominal, emprego de classes de palavras (registradas nas gramáticas normativas) dos usos efetivamente praticados na escrita culta de pessoas com elevado grau de letramento hoje?

Para responder a esta pergunta, vou me valer de um ponto gramatical sempre usado pelos que veem a norma-padrão como uma norma que “não corresponde ao uso **real** da língua”: a Regência Verbal.

Entendem esses que o quadro de regência verbal da norma culta contemporânea em comparação com o da norma-padrão é uma prova de que há um abismo entre a “norma culta” e a “norma-padrão”. Para isso, normalmente apresentam o contraste regencial de (tão somente) uns 30 verbos nessas duas normas para provar que a norma-padrão é artificial e, portanto, anacrônica.

Mas calma aí... Quantos verbos existem na língua portuguesa? Segundo o Dicionário Houaiss de Conjugação de Verbos, existem cerca de 15.000!

Reflita: quantas regências verbais diferentes entre essas duas normas seriam necessárias para que se concluísse que há um afastamento substancial entre a “norma-padrão” e a “norma culta”? Eu realmente não sei como se mede isso, mas acredito ser insanamente insensato dizer que o fato de haver diferenças regenciais entre 30 verbos num universo de “15.000 fucking verbs” (!) torne a norma-padrão algo que “não corresponde ao uso **REAL** da língua”. Ainda que houvesse 100, ora bolas!

Agora pasme: desses cerca de 30 verbos que supostamente se diferenciam das regências previstas pelas gramáticas normativas — como ASSISTIR (com o sentido de ver, presenciar, exige um complemento com a preposição “a”: assistir ao filme); CHEGAR (com valor locativo/movimento, exige um complemento com a preposição “a”: chegar ao cinema); IR (com valor locativo/movimento, exige normalmente um complemento

com a preposição “a”: ir ao parque); OBEDECER (exige um complemento com a preposição “a”: obedecer aos pais) —, lemos o seguinte sobre eles no livro *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*, da eminente linguista Maria Helena de Moura Neves, que os apresenta em forma de verbete, comparando o que ensina a “norma-padrão” com o que realiza a “norma culta” na escrita:

- » ASSISTIR: “... esse verbo ocorre (20%) com complemento sem preposição (objeto direto)...”.

Conclusão: 80% dos casos encontrados pela autora seguem a norma-padrão (assistir ao filme) e 20% não (assistir o filme). Logo, a norma-padrão “não corresponde ao uso REAL da língua”?

- » CHEGAR: “... ocorrem (20%) construções com a preposição ‘em’...”.

Conclusão: 80% dos casos encontrados pela autora seguem a norma-padrão (chegar ao parque) e 20% não (chegar no parque). Logo, a norma-padrão “não corresponde ao uso REAL da língua”?

- » IR: “... ocorre (10%) a construção com complemento iniciado pela preposição ‘em’...”.

Conclusão: 90% dos casos encontrados pela autora seguem a norma-padrão (ir ao show) e 10% não (ir no show). Logo, a norma-padrão “não corresponde ao uso REAL da língua”?

- » OBEDECER: “... ocorrem (15%) construções com complemento sem preposição (objeto direto)...”.

Conclusão: 85% dos casos encontrados pela autora seguem a norma-padrão (obedecer aos pais) e 15% não (obedecer os pais). Logo, a norma-padrão “não corresponde ao uso REAL da língua”?

* * *

É claro que este texto não esgota o assunto, mas levanta algumas questões importantes no mundo das ciências da linguagem, que interessa a todos os professores de Português e estudantes de Letras:

1. Até que ponto devemos cegamente acreditar naquilo que aprendemos como “fatos” a fim de reproduzi-los acriticamente em sala de aula, ainda que a fonte sejam linguistas reconhecidos no cenário acadêmico?
2. O fato de a norma-padrão não estar 100% atualizada com alguns (poucos) usos reais mais frequentes no registro culto escrito deve nos fazer tachá-la de anacrônica?



INCOERÊNCIAS

15 de janeiro de 2023

1ª parte

O intento desta sequência de textos é puramente científico — a despeito de não ser um artigo científico — com um método muito bem definido: rastrear incoerências existentes no discurso gramatical dentro duma gramática **descritiva**, algo que tem sido feito durante muitas décadas sobre as famigeradas gramáticas normativas.

Sublinho que todos nós estamos sujeitos a incoerências e equívocos, pois somos humanos. Logo, tratar esta série de textos aqui como algo pessoal contra o autor da gramática a ser analisada é uma leitura rasa e completamente maliciosa, que não reflete minha real intenção como investigador de assuntos relativos à linguagem, por mais que meus 13 haters não me vejam assim.

Dito isso, simbora!

O objeto da investigação é a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, do linguista Marcos Bagno, uma gramática descritiva e normativa do português brasileiro contemporâneo (falado [e escrito]).

Foram rastreadas nela algumas incoerências entre o discurso e a prática, ou seja, entre as lições contidas na gramática e o uso linguístico praticado na escrita do seu autor. Um exemplo disso é o emprego dos pronomes demonstrativos, sobre o qual Bagno tece algumas críticas às lições apresentadas nas gramáticas normativas, fato costumeiro nos diversos livros do autor.

Sob o tópico “O não ensino da norma-padrão”, diz:

A norma-padrão tradicional acaba perdendo espaço para a norma real, habitual, normal, pelos usos feitos pelos falantes em suas atividades linguísticas cotidianas. É dessa norma real, habitual, normal, que vamos tratar **nesse** livro. Não adianta os prescritivistas afirmarem que eu deveria escrever ‘vamos tratar **neste** livro’, porque no vernáculo geral brasileiro o demonstrativo **este** se extinguiu e, quando usado, não segue nem de longe as determinações impostas pela tradição prescritiva. Sendo essa uma gramática do português brasileiro, o que nela vai aparecer são as **formas genuinamente brasileiras de falar e de escrever**.

No entanto, sob o tópico “Por que esse livro”, Bagno escreve: “... conhecendo as demandas e expectativas do corpo docente, assim como as difíceis condições de trabalho da nossa escola pública, decidi produzir **este** livro, como um auxiliar para a tarefa de promoção da reflexão sobre a língua e a linguagem em sala de aula”.

Eis, portanto, uma incoerência; afinal, se o uso de “**este** se extinguiu”, o que ele está fazendo na pena do escritor, seguindo-se exatamente o uso prescrito pelas gramáticas normativas?

Mas você poderia dizer que foi um caso isolado, um lapso do linguista ou algo assim.

O fato é que Bagno — ao longo de toda a sua gramática — registra como existente e usa **mais de 30 vezes** o pronome demonstrativo “este” (e flexões) exatamente segundo prescrevem as lições gramaticais normativas criticadas por ele, contrapondo-se assim ao seu próprio discurso de que “É dessa norma real, habitual, normal, que vamos tratar **nesse** livro. Não adianta os prescritivistas afirmarem que eu deveria escrever ‘vamos tratar **neste** livro’, porque no vernáculo geral brasileiro o demonstrativo **este** se extinguiu e, quando usado, não segue nem de longe as determinações impostas pela tradição prescritiva”.

No capítulo 22, ainda diz o autor sob o tópico “Mostrativos”, na caixa “O que não ensinar na escola”:

É perda de tempo tentar inculcar nos aprendizes uma diferença entre **esse** e **este**, que não existe na língua e que não é rigorosamente seguida nem sequer pelos que produzem gêneros escritos mais monitorados. Mais uma vez repetimos: se a função da escola é ensinar o que a pessoa não sabe, cabe, sim, apresentar os demonstrativos com -ST-, mas explicando que, muito tempo atrás na língua, eles só eram

aplicados aos objetos próximos da pessoa que fala e que a repartição clássica em três séries de demonstrativos se reduziu — como na maioria das línguas — a duas: uma para o que está próximo, outra para o que está distante. Para realçar o que está mais próximo da 1ª pessoa e mais próximo da 2ª, usamos os advérbios de lugar ‘aqui’ e ‘aí’. Uma boa sugestão é coletar textos escritos, por exemplo, em jornais e revistas e ver como se dá ali o uso dos demonstrativos”. Nesse mesmo tópico, Marcos Bagno afirma que o “quadro de usos REAIS” dos demonstrativos **não** contempla a existência de “este”.

— Calma aí, Pestana... Tô bugado aqui... Se o próprio autor usa mais de 30 vezes o **este** na escrita da sua gramática, como ele diz que esse pronome se **extinguiu** e não faz mais parte do quadro de usos **reais** dos pronomes da língua portuguesa?

Boa pergunta, pequeno gafanhoto. Também deu tela azul aqui.

Curiosamente, durante a pesquisa, pude rastrear que o uso de “este” foi encontrado em citações de diversas fontes escolhidas por Bagno para esclarecer suas argumentações no decorrer do livro. As ocorrências de uso desse tipo de demonstrativo foram ainda **muito** maiores do que a quantidade de vezes usadas pelo gramático, o que comprova a existência e uso **vivo/real** desse pronome demonstrativo no português brasileiro contemporâneo, sobretudo em sua modalidade escrita, atestando um desacordo entre (1) a lição apresentada por Bagno, (2) a escrita do próprio linguista e (3) a escrita de outros indivíduos citados no livro.

Segundo o próprio autor, devido a fatores de ordem fonética, “este” sofreu um metaplasmo chamado assimilação, de modo que o “st” se transformou em “ss” (“esse”). Logo, na **fala** de qualquer brasileiro culto (inclusive), usa-se mais “esse” no lugar de “este”. Concordo. Entretanto, na **escrita**, filhão, são outros quinhentos... O “este” continua vivinho da silva, como se diz no popular.

Enfim... Será que, na próxima edição de sua obra (e de todas as demais), todos esses “lapsos” serão suprimidos para que o uso se adeque ao discurso? Não sabemos. Se, de algum modo, este texto colaborar para que o autor proceda às modificações necessárias, em prol da coerência entre o seu discurso e o seu uso escrito, que isso se dê. Do contrário, das duas, uma: (1) ou se suaviza o discurso contrário às lições das gramáticas normativas, uma vez que todos os usos de “este” no texto do autor estão de acordo com as regras dessas mesmas gramáticas normativas, ou (2) se

explica, científica e definitivamente, em que contextos de uso se emprega o “este” no registro culto escrito do português brasileiro contemporâneo.

2ª parte (12 de fevereiro de 2023)

Em continuação à série de reflexões sobre algumas incoerências entre o discurso e a prática escrita do linguista Marcos Bagno presentes no livro *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, uma gramática descritivo-normativa do português brasileiro contemporâneo (falado [e escrito]), trataremos hoje do emprego dos pronomes “ele/ela/eles/elas” na posição de objeto direto.

[Sublinho que todos nós estamos sujeitos a incoerências e equívocos, pois somos humanos. Logo, tratar este texto aqui como algo pessoal contra o autor da gramática a ser analisada é uma leitura rasa e completamente maliciosa, que não reflete minha real intenção como investigador de assuntos relativos à linguagem. Esta ressalva serve, inclusive, para todos os textos deste livro, de modo que não a farei mais a partir de então.]

Como pano de fundo para você entender o pensamento deste linguista, é preciso esclarecer como Bagno conceitua “norma-padrão” e “norma culta”.

Vejamos: na página 206 do livro *Por que a escola não ensina gramática assim?* (2014), encontramos a seguinte definição sobre a “norma-padrão”, retirada da gramática dele: “conjunto de regras prescritivas, inspirado no uso literário de alguns poucos escritores do passado considerados como exemplares e como modelos a ser imitados”.

Já sobre “norma culta”, eis a definição dada por ele: “conjunto formado pelas variedades urbanas de prestígio, faladas e **escritas** (grifo meu) por cidadãos e cidadãos com vivência urbana e elevado grau de letramento (objetivamente quantificado pela posse de um diploma de curso superior)”.

Na mesma página onde apresenta essas definições, diz o linguista: “O mais importante a enfatizar é que a norma-padrão não é uma variedade linguística: ela é um construto sociocultural, **artificial**, (...)” (grifo meu).

Em outras palavras, a “norma-padrão” seria um conjunto de regras gramaticais **idealizadas/artificiais** apresentadas nas gramáticas normativas, enquanto a “norma culta” é um conjunto de regras gramaticais **reais** usadas por pessoas urbanas com diploma de ensino superior.

Dito isso, acompanhe...

Sob o tópico “O que (não) ensinar na escola, por uma educação linguística realista”, diz o linguista quais pronomes são recomendados pela gramática tradicional e quais são os **efetivamente** usados na posição de objeto direto no português brasileiro contemporâneo: “A única forma admitida pela norma-padrão, os oblíquos o/a/os/as, é precisamente a menos empregada. (...) O emprego de ele/ela/eles/elas como objeto direto pertence à norma culta brasileira, mas não à norma-padrão tradicional”. E finaliza o autor: “Se é nosso objetivo promover uma educação linguística que leve os estudantes a se apoderarem da norma culta brasileira real, temos de reconhecer a distância que existe entre essa norma real e a norma-padrão tradicional”.

Ou seja, para ele, é assim:

- » Ajudei ele na construção da casa. (português brasileiro **real**; norma culta)
- » Ajudei-o na construção da casa. (português brasileiro **artificial**; norma-padrão)

De fato, segundo dezenas de estudos linguísticos já consolidados sobre a **fala** (F-A-L-A) espontânea, é incontestável que nós brasileiros (inclusive os mais escolarizados, cultos) usamos muito mais os pronomes retos “ele/ela/eles/elas” na posição de objeto direto do que os oblíquos átonos “o/a/os/as”. Exemplo: “João convidou ela para jantar” (em vez de “João a convidou [ou convidou-a] para jantar”).

Ainda uma informação importante sob o tópico “Os índices da 2ª pessoa”, diz Bagno:

O que se verifica com os clíticos o/a/os/as (...) é que seu uso está praticamente restrito aos infinitivos. Os falantes mais letrados ainda rejeitam sintagmas como ‘trazer ela, comprar ele, ver eles’ etc. (...) decerto por causa do som resultante do encontro do [r] final com a vogal seguinte que cria vocábulos fonológicos como [traze’rela] ou [kõpra’reli]. (...) podemos dizer que o uso de -lo/-la/-los/-las corresponde bem mais a uma fórmula de polidez do que a um indício de que o falante tem por hábito usar os clíticos o/a/os/as.

— Ok, Pestana... Depois de toda essa introdução, o que eu quero saber de você é o seguinte: na escrita da gramática dele, o linguista Marcos Bagno usa mais “o/a/os/as” (e suas formas variantes) na posição de objeto direto, como prevê a norma-padrão tradicional, ou ele usa mais “ele/ela/eles/elas”, como prevê a norma culta brasileira?

Pela extensa pesquisa que fiz dos casos em que esses pronomes aparecem depois do verbo na gramática dele, encontrei cerca de 150 ocorrências de “o/a/os/as” (e formas variantes) contra cerca de 30 ocorrências de “ele/ela/eles/elas” na posição de objeto direto.

Logo, o autor da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* parcialmente rejeita o uso de “ele(a/s)” como objeto direto... e usa muito mais as formas previstas pela criticada norma-padrão tradicional, isto é, “o(a/s)” e variantes na posição de objeto direto.

— Calma aí, Pestana... Agora você alugou um triplex na minha cabeça: segundo o autor, se a norma culta REAL do português brasileiro contemporâneo prevê “ele(a/s)” na posição de objeto direto, por que o linguista NÃO seguiu isso na sua própria escrita?

Boa pergunta.

3ª parte (12 de março de 2023)

Continuando a série de reflexões sobre algumas incoerências entre o discurso e a prática escrita presentes no livro *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, do linguista Marcos Bagno, uma gramática descritivo-normativa do português brasileiro contemporâneo (falado e escrito), trataremos hoje do emprego do pronome LHE na posição de objeto direto, típico do português brasileiro falado (inclusive de pessoas cultas).

Antes de entrarmos propriamente no tema, um breve adendo...

Sob o tópico “Aviso aos navegantes”, Bagno elenca algumas características da sua própria gramática. Veja uma delas:

5. (...) o mito da ciência ‘neutra’ não tem mais lugar na era em que vivemos. Assim, essa obra milita a favor do reconhecimento do português brasileiro como uma língua plena, autônoma, que deve se orientar por seus próprios princípios de funcionamento e não por uma tradição gramatical voltada exclusivamente para o português europeu literário antigo. Essa militância se traduz no emprego consciente de formas linguísticas há muito tempo incorporadas à gramática do português brasileiro, mas que ainda são alvo da perseguição dos puristas mais empedernidos. Por isso, ninguém se assusta ao topar com construções do tipo ‘nos grupos que fazemos parte’, ou ‘tem muitos problemas nessa descrição’, ou ‘tendo transformado ela numa regra’, ou ‘não se conhece as origens exatas dessas palavras’, entre outras; (...)

Ok. Entendido.

Segundo o próprio autor, o foco da sua gramática é militar a favor do português brasileiro, que deve se orientar pelos seus próprios princípios, os quais se distanciam (na opinião dele) da tradição gramatical prevista nas gramáticas normativas¹.

Será isso verdade?

Bem... em alguns pontos, sim, existe um distanciamento entre 1) as estruturas gramaticais previstas/recomendadas pela norma-padrão tradicional e 2) as estruturas gramaticais próprias do português brasileiro contemporâneo **falado** (inclusive de pessoas cultas).

Mas... e na **escrita**, hein? Pergunta de milhões:

— Será que a norma culta **escrita** do português brasileiro contemporâneo é mais próxima da “norma-padrão tradicional” existente nas gramáticas normativas ou mais próxima da “norma culta **falada**”?

Eis a questão!

Sob o tópico “Os desdobramentos de LHE”, diz o autor:

Além disso, o LHE não funciona somente como objeto indireto (como quer a tradição normativa), mas também como OBJETO DIRETO. Pelas regras de uma ‘gramática da língua portuguesa’ que não é a nossa, o LHE só poderia ser usado com verbos que regem as preposições a e para: ‘Eu lhe telefonei’ = ‘Eu telefonei a/para você’. Com verbos transitivos diretos, deveríamos usar o/a: ‘Eu a vi ontem na rua, a chamei, mas você não me escutou’. É claro que falar assim soa absolutamente artificial e pedante para os ouvidos de quem fala português brasileiro. (grifos meus)

Após citar o filólogo Antenor Nascentes, que também criticava alguns gramáticos normativos e defendia o uso do “lhe” como objeto direto, Marcos Bagno apresenta alguns exemplos da língua escrita em que o “lhe” é empregado como objeto direto, afirmando: “Como ocorre inevitavelmente nos processos de mudança linguística, o uso de LHE como objeto direto se estendeu da língua falada para a língua escrita”.

¹ É falsa a afirmação sobre a tradição gramatical ser “voltada *exclusivamente* para o português europeu literário *antigo*” (grifos meus), pois a tradição gramatical brasileira também usava como *corpus* os textos literários de autores brasileiros contemporâneos. Consulte estes dois trabalhos para confirmar: *Reflexões críticas sobre a Gramática do português brasileiro escrito* (2025) e *O (pseudo)abismo entre a norma-padrão contida nas gramáticas normativas do português e a norma culta escrita do português brasileiro contemporâneo* (2023).

Por fim, ele aconselha aos professores o seguinte: “Colega docente, não perca tempo tentando ensinar a seus alunos e às suas alunas que o oblíquo LHE só é usado como objeto indireto. Não é verdade! Ele também é empregado como objeto direto há muito tempo, inclusive por nossos melhores escritores, como Antenor Nascentes demonstrou há meio século”.

— Ok, Pestana... Entendi. Para o linguista Marcos Bagno, o LHE pode ser usado como objeto indireto ou como objeto direto tanto na fala como na escrita, sem nenhuma ressalva, pois é assim que ele é usado no português brasileiro. Beleza. Então eu lhe pergunto: quantas vezes o linguista usa o LHE na posição de objeto direto na escrita da sua própria gramática?

Resposta: se eu contei certo, **zero**. Sim, zero.

Infelizmente, não encontrei **nenhuma** ocorrência do pronome “lhe” como objeto direto na escrita do linguista. Todos os casos (cerca de 200) de objeto direto representados por pronomes oblíquos foram escritos com outros pronomes, e não com o “lhe”.

Até que se prove o contrário, pois não sou infalível, o linguista não usou (nem sequer uma só vez) o “lhe” como objeto direto — usou, sim, como objeto indireto, justamente conforme prevê a tão criticada norma-padrão tradicional.

Juro que fiquei surpreso, pois, se é verdade que no registro culto do português brasileiro usamos indistintamente o “lhe” ora como objeto indireto, ora como objeto direto, conforme sustenta o linguista, pensei que haveria alguma ocorrência desse pronome na posição de objeto direto na escrita dele... mas não rolou.

Em vista disso, uma pergunta não me sai da cabeça:

Por quê?

4ª parte (9 de abril de 2023)

Em continuação à série de reflexões sobre algumas incoerências entre o discurso e a prática escrita presentes no livro *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, do linguista Marcos Bagno, trataremos hoje da Colocação Pronominal — o caso mais icônico e polêmico entre os estudos linguísticos das variedades do Português. Os grifos das citações a seguir são meus.

Sob o tópico “A falácia clássica”, o autor afirma categoricamente:

... como persiste no nosso ensino a irracionalidade das regras de colocação pronominal em que a ênclise — o pronome depois do verbo — é a ‘colocação básica’ dos clíticos em português, embora de fato seja a próclise ao verbo principal a **única** regra em vigor na gramática do PB, muitas pessoas, em sua produção escrita, empregam única e exclusivamente a ênclise...

Em outro tópico (“Outro fantasma: a colocação pronominal”), sustenta a mesma ideia, dizendo que a regra ÚNICA do português brasileiro é a próclise, isto é, a colocação do pronome oblíquo átono (o, a, os, as, me, te, se, nos, vos, lhe, lhes) antes do verbo: “O clítico virá **sempre antes** do verbo do qual ele é o complemento”, inclusive em início de frase!

No capítulo 15, porém, o gramático faz uma ressalva ao falar de ênclise (a colocação dos oblíquos átonos depois do verbo): “No português brasileiro, a ênclise só é usada espontaneamente em fórmulas fixas (danou-se, deixe-me ver, parece-me) ou em textos falados e escritos submetidos à monitoração estilística...”.

Concordo com o linguista a respeito das suas afirmações sobre a colocação pronominal do português brasileiro: de fato, nós brasileiros usamos (99% das vezes) a próclise... na **fala**:

1. Me incomoda muito a injustiça. (em vez de “Incomoda-me muito a injustiça”)
2. Com todos vocês, nos damos muito bem. (em vez de “Com todos vocês, damo-nos muito bem”)
3. As pesquisas realizadas em 2023, se diferenciando das que foram realizadas em 2022, passaram a ter muito mais credibilidade. (em vez de “As pesquisas realizadas em 2023, diferenciando-se das que...”)

Mas o pensamento de milhões que deve estar passando pela sua cabeça (sobretudo depois dos 3 últimos episódios desta série) é o seguinte:

— Ok, Pestana. Entendi. Para o linguista Marcos Bagno, a próclise é a forma legítima e correta no português brasileiro contemporâneo. Beleza. Então eu lhe pergunto: o linguista, na escrita da sua gramática, usa realmente a próclise em início de frase ou usa a ênclise, que ele disse não fazer parte do português brasileiro?

Pelo que constatei, rastreando casos semelhantes aos dos três exemplos anteriores, eis o resultado:

- » Próclise: 41
- » Ênclise: 90

Importante: só investiguei os casos com os pronomes “me, te, se, nos, lhe, lhes”; no entanto, afirmo, sem medo de errar, que os oblíquos “o, a, os, as” (e suas formas variantes) aparecem recorrentemente em posição de ênclise na escrita do autor (mais de uma centena de vezes).

Além disso, encontrei mais de 20 ocorrências em que o autor escolheu a ênclise em vez da próclise, num contexto em que a próclise certamente seria muito mais natural para o brasileiro — veja apenas dois exemplos: “Fazer essas reflexões sobre os usos da língua, reconhecer e apoderar-se dos efeitos de sentido...” (em vez de “... e se apoderar”); “Esse predomínio banto, sobretudo nos séculos XVI e XVII, reflete-se na formação de línguas gerais africanas no Brasil...” (em vez de “..., se reflete na formação de línguas...”).

Resumo da ópera: as formas enclíticas recomendadas pela norma-padrão tradicional, criticada como irrealista e artificial pelo linguista Marcos Bagno, são muito encontradas na escrita de sua própria gramática. Portanto, a ênclise não morreu — continua firme e forte na norma culta **escrita** do português brasileiro.

E uma pergunta não me saiu da cabeça:

— Já que, segundo o autor, a ênclise **não** faz parte da gramática interiorizada do português brasileiro, uma vez que a próclise é a “**única** regra em vigor na gramática do PB”, por que o autor usou mais casos de ênclise (nos analisados) em vez de próclise e por que preferiu escrever mais de acordo com a “norma-padrão tradicional” — alvo de sua crítica, como se nota constantemente em sua gramática — a escrever conforme a “norma culta real do português brasileiro”?

PARTE FINAL (7 de maio de 2023)

Para fechar o caixão da série de reflexões sobre algumas incoerências entre o **discurso** e a **prática** escrita presentes no livro *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, do linguista Marcos Bagno, trataremos hoje da dupla **onde** x **aonde**.

Segundo Marcos Bagno, no capítulo 22, o uso de “onde” e “aonde” no português brasileiro é totalmente indiferente, de modo que não há razão para ensinar alguma suposta distinção entre eles, uma vez que ambos podem ser usados como meros sinônimos.

Para o autor, a distinção que gramáticas normativas tradicionais fazem sobre “onde” (normalmente associado a verbos estáticos) x “aonde”

(normalmente associado a verbos de movimento) não tem cabimento algum:

Os bons instrumentos normativos (gramáticas e dicionários de filólogos profissionais) apontam para a indiferença no uso de **onde** e **aonde** ao longo da história da língua. Os melhores escritores, desde o século XVI até os dias de hoje, dão provas abundantes dessa indiferença que, evidentemente, é a regra na língua falada. Portanto, não existe diferença entre **onde** e **aonde**, e ambas as formas se equivalem. Não se justifica, portanto, a tentativa (inútil há séculos) de impor o uso de **aonde** somente com verbos que indiquem direção e movimento.

Forte, não?

No entanto, na escrita do próprio autor, quando ele usa “aonde” (apenas duas vezes em todo o livro), segue à risca o que diz a norma-padrão tradicional. Veja:

1. “Eu posso encontrar uma lataria de carro enferrujada, abandonada no meio do mato, e identificar a marca, o modelo, o ano e talvez até a cor do veículo. Mas não posso saber a quem ele pertenceu, **aonde** sua dona ou seu dono foi com ele, quem mais viajou nele...”
2. “Uma característica central das escolas de pensamento linguístico que vão se opor aos estruturalismos é o resgate da parole — a fala concreta, a língua em uso — do porão escuro (ou caverna?) **aonde** tinha sido lançada pelo estruturalismo...”

Agora, sobre o uso de “onde”, será que ele também segue a norma-padrão tradicional?

Antes de responder a essa pergunta, quero que você leia atentamente o que diz o linguista no capítulo 20: “Portanto, podemos afirmar sem medo que não existe distinção semântica entre **onde** e **aonde** em português. Nem no Brasil, nem em Portugal. **Nem na língua escrita**, nem na língua falada. Por isso, não tem argumento filológico nenhum o professor que cobrar de seu aluno uma suposta regra que nunca foi seguida nem mesmo pelos maiores clássicos da língua”. (grifos meus)

Será verdade? Na língua escrita?

Em pesquisa no corpusdoportugues.org (somente textos de autores brasileiros em linguagem jornalística de 2012 a 2019), pude constatar o seguinte, depois de serem rastreados milhares de enunciados no registro culto escrito com verbos estáticos (morar, viver, parar, ficar, estar, etc.)

acompanhados de “onde” e “aonde”: mais de 95% dos usos se fazem com “onde”, e não com “aonde”.

Ora, se o autor diz que o uso de “onde” x “aonde” é indiferente, por que os usuários cultos da língua escrita usam quase 100% das vezes o “onde” (e não “aonde”), justamente “conforme manda o figurino” com verbos estáticos?

— Ah, Pestana, mas o autor deve ter escrito “aonde” (várias vezes) no lugar de “onde” quando, segundo a norma-padrão tradicional, deveria usar só o “onde”, certo?!

Após mergulhar fundo e analisar cerca de 300 ocorrências do uso de “onde” na sua gramática, fiquei (não) surpreso com o resultado: o autor não usa absolutamente nenhum “onde” (nem “aonde”) fora da norma-padrão tradicional, criticada por ele.

Nenhum.

Zero.

Nada.

Depois dos 5 episódios desta série, em que se levantaram muitos porquês, penso que o desfecho aponta para a seguinte comprovação: nem sempre o discurso antigramática normativa tradicional do linguista Marcos Bagno está de mãos dadas com a sua efetiva prática escrita, que (incoerentemente) respeita muito mais a norma-padrão tradicional criticada por ele.

Fim.



DADOS INCONVENIENTES...

21 de abril de 2023

No capítulo 22 de sua gramática, o linguista brasileiro Marcos Bagno afirma fazerem parte do português brasileiro culto, inclusive na escrita (em “gêneros textuais monitorados”), ambas as construções com verbos inacusativos, a seguir:

- » Aconteceram dois acidentes na estrada.
- » Aconteceu dois acidentes na estrada.
- » Vieram vinte pessoas aqui.
- » Veio vinte pessoas aqui.
- » Chegaram os documentos comprometedores.
- » Chegou os documentos comprometedores.

Diz ele que a não concordância do verbo com o que seria o seu sujeito posposto se deve ao fato de o usuário da língua entender que o termo posposto ao verbo, por estar na posição de objeto direto (à direita do verbo), faz com que este seja tomado como “impessoal” e, portanto, invariável, ficando na 3ª pessoa do singular.

[Concordo com tal explicação a respeito desse fenômeno linguístico. Na real, não conheço nenhum linguista que discorde dessa visão morfossintática.]

No capítulo 3 do seu livro *Preconceito Linguístico*, acrescenta: “E a prova de que já se trata de uma regra gramatical perfeitamente implantada na nossa língua é o fato dela aparecer **com abundância** também em textos escritos extremamente formais e monitorados”.

Dito isso, quero me fixar no seguinte ponto:

— Será verdade que, no registro **culto escrito** (em “gêneros textuais monitorados”, nas palavras do linguista), ambas as construções são realmente usuais e corretas, figurando com abundância em textos escritos? Afinal, Bagno está certo?

Pois bem... Vamos ver...

Segundo os linguistas brasileiros contemporâneos, a norma culta deve ser determinada pelo uso que o cidadão culto faz da língua (falada e escrita), sobretudo em situações com maior grau de monitoramento/formalidade, para daí se estabelecer a “norma-padrão”.

Como é muito mais fácil monitorar o que se faz na escrita, pois já existem diversos “corpora” (em linguagem literária, acadêmico-científica, jornalística) e como o linguista supracitado não apresentou fontes e dados (exceto alguns exemplos) em sua gramática a fim de comprovar percentualmente aquilo que afirma, fiz o dever de casa:

- a. abri o corpusdoportugues.org/now/;
- b. selecionei todos os textos brasileiros em linguagem jornalística (de 2012 a 2019) possíveis, consoante o limite de pesquisa permitido pelo Corpus;
- c. pesquisei esse duplo tipo de concordância de 5 verbos inacusativos (extraídos da breve lista elencada na gramática do próprio linguista), a saber: chegar, cair, aparecer, acontecer e ocorrer; e
- d. usei como código de busca esses verbos, na maioria dos tempos e modos na 3ª pessoa do singular e do plural, seguidos de artigo definido (masculino/feminino no plural), para filtrar a pesquisa.

Tomando um cuidado absurdo para não misturar linguagem oral com linguagem escrita, investiguei minuciosamente os dois tipos de concordância (C1 e C2), como se veem abaixo exemplificados, apenas a título de ilustração:

C1) Já ocorreram as festividades do mês.

C2) Já ocorreu as festividades do mês.

Resultado da investigação em percentual arredondado (de 5.658 ocorrências):

C1) 98%

C2) 2%

Conclusão em forma de pergunta:

— Será que míseros 2% são determinantes para aceitarmos como usual e correta a forma C2 em linguagem culta (escrita) como afirma Marcos Bagno?

P.S.¹: É claro que, quanto mais investigações no registro culto escrito houver sobre o tema, mais próximo da verdade dos fatos estaremos. Que venham os dados!

P.S.²: Apesar de o linguista Marcos Bagno dizer que os verbos inacusativos (ele cita estes na sua gramática: chegar, cair, aparecer, acontecer, ocorrer, vir, morrer, nascer, sair, entrar, sobrar, ficar e outros) podem ficar no singular, como nas construções vistas acima, inclusive em “gêneros textuais monitorados” (como os da norma culta escrita), ele mesmo curiosamente não escreve nem sequer um verbo fora da norma-padrão tradicional em toda a sua gramática, isto é, não pratica em sua própria escrita nada fora da norma prevista nas gramáticas normativas tradicionais quanto a esse ponto.



CAGADORES DE REGRAS

25 de abril de 2023

Você já ouviu falar na expressão “cagador de regra”?

Um “cagador de regra” é aquele que inventa regras sem base empírica alguma e o faz a partir de alguma preferência pessoal, tratando como verdade o que não é.

Sim. As lições dum “cagador de regra” merecem nosso desdém e/ou crítica bem fundamentada, pois é incoerente quem não se importa com a verdade dos fatos, com o fazer científico austero e, em último plano, com a honestidade intelectual.

[Eu falei das lições, e não dos autores, pois ataques “ad hominem” são intoleráveis.]

Dito isso, leia o trecho abaixo (grifos meus):

... a gramática normativa, pelo menos na tradição luso-brasileira, **nunca** se deu ao trabalho de investigar sistematicamente o que estipulou como o uso padrão. Em outros termos, **nunca** seguiu à risca o que recomendava Dionísio Trácio, isto é, de fato **nunca** buscou o ‘conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores’. Os gramáticos foram **inventando** regras (sem assumir a invenção explicitamente) com base muito mais em suas **preferências** estilísticas do que na observação sistemática dos fatos. (...) Em decorrência, os gramáticos foram (e vêm) trazendo à baila **apenas** os exemplos que sustentam os usos que **querem impor**. (...) os enunciados catados nas obras literárias **não são** dados efetivos, **não pertencem** a corpora sistematicamente constituídos do ‘comumente dito nas obras dos poetas e prosadores’; são **apenas** exemplos dos juízos de

valor enunciados **aprioristicamente**, abonações que reafirmam as regras da gramática, de modo que o gramático pode recortar **apenas** os exemplos favoráveis à sua prescrição... (grifos meus)

Bem pesada a acusação contra os gramáticos normativos tradicionais, não é?

Acusar os gramáticos normativos tradicionais de “cagadores de regras” é algo extremamente pesado, e eles nem podem se defender das acusações, pois estão todos mortos, infelizmente.

O trecho pesadão acima foi retirado do livro *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores* (2016: 303), de Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira (orgs.), dois conhecidos linguistas no cenário brasileiro atual.

Pessoalmente, nada tenho contra eles; gosto até de algumas de suas produções científicas. Mas considero assaz injusta a postura acusatória acima, daquele nível de “coisa que não se faz”. E explico o porquê.

Pegue a “Nova gramática do português contemporâneo”, de Celso Cunha e Lindley Cintra, escrita em 1985 (eu tenho a 7ª edição, de 2017). Agora vá até as páginas finais desta gramática normativa — na parte de referências bibliográficas e índice onomástico.

Viu lá? Pois é... Ambos os gramáticos analisaram um *corpus* literário enorme, e na época nem havia Google tampouco sites de corpora do português para facilitar a pesquisa, hein! Era tudo à base de sangue, suor, lágrimas, papel, caneta na mão e milhares de horas de bunda na cadeira.

O *corpus* existente na gramática deles é constituído de cerca de, no mínimo, 400 livros consultados de autores da literatura brasileira, portuguesa e africana.

Detalhe: em alguns casos, foi referenciada a obra completa desses autores, o que sugere a ampliação do número de livros investigados na análise para o estabelecimento do que se propuseram a fazer: a sistematização da gramática da língua portuguesa em seu registro culto escrito, sobretudo.

No índice onomástico, eis a quantidade aproximada de referências (ou citações) a eles: 2.500.

Como diz o título da gramática de Cunha e Cintra, o foco é o “português contemporâneo”. Será que os autores se valeram realmente de escritores contemporâneos? Sim.

Veja uma breve lista (confirme no Google):

Augusto Abelaira	Josué Montello
Carlos Drummond de Andrade	Fernando Namora
Adonias Filho	Almada Negreiros
Agostinho Neto	Vitorino Nemésio
Jorge Amado	Carlos de Oliveira
Mário de Andrade	Pepetela
Gesolino Amado	Mário Palmério
Sophya de Mello Breyner Andresen	Rachel de Queiroz
Ciro dos Anjos	Graciliano Ramos
Joaquim Paço d'Arcos	José Lins do Rego
Manuel Bandeira	Aquilino Ribeiro
Manuel de Paiva Boléo	Urbano Tavares Rodrigues
Rubem Braga	Guimarães Rosa
Maria Judite de Carvalho	Fernando Sabino
Ferreira de Castro	José Saramago
João de Araújo Correia	Nélida Piñon
Autran Dourado	Augusto Frederico Schmidt
Vergílio Ferreira	Fernando Monteiro de Castro
Luís Bernardo Honwana	Soromenho
Luís Jardim	Lygia Fagundes Telles
Osman Lins	Miguel Torga
Clarice Lispector	Érico Veríssimo
Agustina Bessa-Luís	Luandino Vieira
Cecília Meireles	(...)
Augusto Meyer	

Depois de tudo isso, honestamente, você realmente acha que os gramáticos normativos sérios, que dedicaram seu tempo à pesquisa, ao longo de sua vida inteira, perderiam o tempo deles cag... **inventando** regras, tendenciosamente, com base em dados de sua preferência pessoal, malandramente, como os acusaram Faraco e Vieira?

* * *

Fico imaginando Celso Cunha e Lindley Cintra (lá do céu, ou onde quer que estejam) tendo que ver esses impropérios generalistas sobre suas motivações e de outros gramáticos normativos tradicionais, sem poder fazer nada a respeito disso.



HONESTIDADE E ASCENSÃO INTELECTUAL

30 de abril de 2023

Na página 15 do livro *Preconceito linguístico* (2015), o linguista Marcos Bagno diz algo com que, em essência, todos concordamos:

(...); todos os aprendizes devem ter acesso às variedades linguísticas urbanas de prestígio, não porque sejam as únicas formas ‘certas’ de falar e de escrever, mas porque constituem, junto com outros bens sociais, um direito do cidadão, de modo que ele possa se inserir plenamente na vida urbana contemporânea, ter acesso aos bens culturais mais valorizados e dispor dos mesmos recursos de expressão verbal (oral e escrita) dos membros das elites socioculturais e socioeconômicas; (...)

Disso deduzimos que o acesso e domínio da norma culta da língua portuguesa (sobretudo por meio do letramento e ensino dos modelos de uso gramaticais próprios dessa norma) é um recurso valiosíssimo para levar os cidadãos mais desfavorecidos a ter uma chance maior de ascensão sociocultural e socioeconômica.

E, querendo ou não, o que se ensina como “norma-padrão” nas gramáticas normativas e nas salas de aula é o que ainda mais se aproxima da norma culta contemporânea (mormente na modalidade escrita mais monitorada). Assim é dela que o cidadão necessita para ter uma chance mais efetiva de se colocar no mercado e, em consequência, poder ascender socialmente, saindo duma situação condicionada para uma situação mais confortável.

Eis algumas provas do que estou falando:

1. Segundo a fonte CX Trends 2023 — Opinion Box e Octadesk, o que leva uma pessoa a não interagir com um anúncio publicitário são os “erros de português” (em 45% das vezes), ou seja, os desvios da chamada norma-padrão. Os potenciais clientes deixam de comprar um produto, pois tais “erros” tiram a credibilidade da marca e do produto.
2. 80% dos candidatos são reprovados por “erros de português”: <https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/erros-de-portugues-reprovam-80-dos-candidatos-a-estagio-na-pandemia-21062022>
3. Candidatos a vagas de estágio são eliminados por “erros de português”: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/sp2/video/candidatos-a-vagas-de-estagio-sao-eliminados-por-erros-de-portugues-10627121.ghtml>

Notícias e dados semelhantes:

4. Erros de português reprovam 83,5% de estudantes em seleções: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/erros-de-portugues-reprovam-835-de-estudantes-em-selecoes>
5. Erros de português reprovam 83,5% de estudantes em seleções analisadas em pesquisa; especialistas avaliam motivos <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/06/erros-de-portugues-causaram-reprovacao-de-835-de-estudantes-em-selecoes-analisadas-em-pesquisa-especialistas-avaliam-motivos-cl4g4kfew009b0167nizyyeok.html>
6. Emprego: erros de Português desclassificam mais da metade de candidatos em seleções: https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2022/06/22/internas_educacao,1375150/emprego-erros-de-portugues-desclassificam-mais-da-metade-dos-candidatos-em.shtml

Há infinitos links que comprovam a extrema importância do conhecimento da norma-padrão da língua portuguesa, possibilitando a ascensão social.

Alguém duvida de que o domínio dessa norma leva a um futuro profissional melhor?

Prepare agora o seu coração... Respire fundo...

Sim. Incoerentemente, existe quem duvida disso: o linguista mencionado no início deste texto.

— Ué, Pestana, como assim?!

Pois é... Segundo Bagno, é um mito (sim, um mito) que “o domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social” (p. 104–108 do mesmo livro).

Veja só alguns trechinhos da argumentação do autor, que inverte a polaridade de importância do domínio da norma-padrão, visando realçar barreiras sociológicas em vez de incentivar o domínio dessa norma como fator instrumental de aumento de possibilidade de ascensão socioeconômica:

“Ora, se o domínio da norma-padrão fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo?” (p. 105)

“... o domínio da norma-padrão de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto.” (p. 105)

“... será que ‘doando’ a norma-padrão a um indivíduo das classes subalternas ele vai, automaticamente, tornar-se um patrão?” (p. 107)

“Uma mulher negra, por exemplo, mesmo que se apodere completamente das formas prestigiadas de falar e de escrever continuará tendo oportunidades infinitamente menores de ascensão social do que qualquer homem branco...” (p. 108)

É óbvio que barreiras sociais dificultam a vida de qualquer pessoa em ascender socialmente, mas afirmar que “de nada vai adiantar” alguém dominar a norma-padrão para ter uma chance maior de sair de sua realidade condicionada/limitante? Você concorda com isso?

Como assim uma mulher negra culta não tem as mesmas chances que um homem branco culto? Pense: se ambos concorrerem à mesma vaga num concurso público, não interessará a cor da pele da pessoa ou o sexo, e sim quem demonstrar maior conhecimento no processo avaliativo, ora. Esse é o princípio da isonomia!

É claro que a “ascensão social” depende também de fatores extralinguísticos, mas não se pode negar que o domínio da norma-padrão possibilita uma chance maior de ascensão social. Mesmo assim, incoerentemente, o linguista afirma ser um mito que “o domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social”.

Se esse domínio não garante, sozinho, acesso automático ao mercado de trabalho, o fato é que sem ele o ingresso no mercado de trabalho se torna 80% mais difícil! (Acesse o conteúdo dos links.) Em vez de o linguista incentivar o domínio da norma-padrão como instrumento de

ascensão social, ele prefere dar relevo a fatores extralinguísticos como barreiras para essa ascensão, desprezando aquele conhecimento.

Mas, ora, como pode ser um mito que “o domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social” se o nexo de causalidade evidencia justamente o oposto? Nós constatamos isso por meio dos links acima, nas entrevistas de emprego e nos concursos públicos, em que pretos, pardos, brancos, azuis, amarelos, vermelhos, verdes podem ascender socialmente com mais facilidade se dominarem a norma-padrão contida nas gramáticas normativas e ensinada nas escolas e cursos especializados, pois as provas e redações dos concursos e entrevistas de emprego vão exigir tal conhecimento sociolinguístico, que passa (também e sobretudo) pelo conhecimento da famigerada norma-padrão. Além disso, não só o sucesso num processo seletivo depende disso, como também o desempenho no dia a dia: quem você acha que terá mais chances de ser promovido a gerente de uma empresa: alguém que não domina a norma-padrão ou alguém capaz de utilizá-la, por exemplo, em reuniões com potenciais clientes?

— Pestana, são todos os linguistas que pensam como Bagno?

Não. Veja o que diz, por exemplo, a linguista Maria Helena de Moura Neves sobre ascensão social, em seu livro *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa* (2019):

Todos sabemos que, quando vai para a escola, a criança domina o padrão coloquial de seu grupo, que é mais ou menos próximo do padrão culto, dependendo do grupo socioeconômico-cultural do qual ela provém. Daí que, sem uma educação formal que a ponha em contato com a ‘língua-padrão’ (ou com a ‘língua culta’, seja lá o que se entenda como registro valorizado), quanto mais desfavorecido em termos de letramento o ambiente do qual ela provenha, mais desfavorecida no desempenho ela continuará, porque é a escola, no geral, o único espaço em que a criança terá suporte para entrar equilibradamente na posse de conhecimentos que lhe possibilitarão adequação sociocultural de enunciados, em que ela terá suporte para transitar da competência natural do coloquial (mais distante, ou menos distante, do padrão) para uma posse ampla e segura que lhe permita adequar seus enunciados, nas diversas situações de interação. (p. 24, 25)

(...) a escola valoriza a escrita e a norma-padrão... já que, como ninguém pode negar, a escola é instituição que provê ascensão social, e o domínio da escrita é alavanca de aprimoramento sociocultural. (p. 92)

Reitero: alguém duvida que, por meio da escola, o ensino da norma-padrão possibilite uma chance maior de ascensão social?

E uma pergunta não me sai da cabeça: qual é o real intento do linguista ao minorar o nexso de causalidade existente entre “domínio da norma-padrão” (“saber português”) e “ascensão social” como provam as fontes?

Não tenho ideia.

P.S.: E aqui indico um artigo científico que comprovou o nexso de causalidade entre o domínio da norma-padrão e a inclusão/exclusão no mercado de trabalho: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=norma+culta+falada+escrita+diferen%C3%A7as+&btnG=#d=gs_qabs&t=1686423089633&u=%23p%3DvkaC-Tp_t-9k

~

UMA AFIRMAÇÃO “MEIA” QUESTIONÁVEL

19 de maio de 2023

Segundo a gramática normativa tradicional, o advérbio é uma classe gramatical **invariável** que pode modificar um adjetivo. Porém, muitas pessoas, sobretudo com pouca escolaridade, falam ou escrevem assim:

- » A comida parece **menas** caprichada.
- » A porta está **meia** aberta.

Segundo a norma-padrão da língua portuguesa, as frases acima estão incorretas — afinal, por via de regra, advérbio não varia:

- » A comida parece **menos** caprichada.
- » A porta está **meio** aberta.

No entanto, nos capítulos 18 e 22 da sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, o linguista Marcos Bagno afirma o seguinte a respeito do advérbio “meio”:

Os advérbios guardam íntima relação com os adjetivos. Por isso, alguns advérbios admitem flexão de gênero... (...) Esse uso está registrado na língua há séculos, inclusive nas obras dos maiores escritores da língua. É perfeitamente legítimo e correto falar e escrever ‘Ana está MEIA arrependida da decisão que tomou’... (cap. 22)

Esse uso está tão impregnado na tradição da língua que não há motivo nenhum para reprimi-lo. (cap. 18)

Em outras palavras, para esse linguista, deveriam fazer parte da norma-padrão (na fala e na escrita) ambas as frases abaixo:

- » A porta está **meio** aberta.
- » A porta está **meia** aberta.

Bem, vamos lá...

De fato, ao menos desde o século XVI, um ou outro advérbio sofre variação, como é o caso de “meio”, sobretudo em gênero — ou seja, quando se liga a um adjetivo no feminino, esse advérbio tende a concordar com o adjetivo, ficando igualmente no feminino. Isso é um fato incontestável que se evidencia na pena de grandes (e antigos) escritores portugueses e brasileiros.

Entretanto, o uso determina a norma, que o consagra; mas os usos mudam ao longo do tempo. Logo, a norma (inclusive a culta) também vai, lentamente, alterando-se.

Visto que o papel da gramática normativa é estabelecer um modelo de uso apoiado na norma culta, com valor supradialetal, e os gramáticos devem estar atentos às mudanças ocorridas com essa norma, não se pode negar: aquilo que antes era usado com relativa frequência... pode cair em desuso.

Em outras palavras, a norma culta de séculos atrás não é exatamente a mesma norma culta deste século. Simples assim.

Desse modo, usar o argumento de que “sempre se falou e escreveu assim, então...” é mais uma falácia anticientífica que atende a conveniências retóricas. Afinal, se os usos linguísticos de pessoas verdadeiramente cultas mudam, a norma culta também muda; se a norma verdadeiramente culta muda, então a norma-padrão precisa acompanhá-la.

— Beleza, Pestana... Mas, afinal de contas, o advérbio “meio” atualmente sofre variação em gênero? É perfeitamente legítimo e correto falar e escrever “meia chateada”, como diz o linguista Marcos Bagno?

Vamos lá... Mais uma vez, recorri ao site *Corpus do Português* para investigar o uso do advérbio “meio” ligado a adjetivo, a fim de verificar o número de ocorrências em linguagem literária, acadêmica e jornalística.

Usei os seguintes códigos de busca para proceder à pesquisa da estrutura “meio(a) + adjetivo” (a maioria deles, neste caso específico, termina em -ada[s], -ida[s], ta[s]):

1. meio *ada(s), *ida(s) / meio *ta(s)
2. meia *ada(s), *ida(s) / meia *ta(s)

* * *

Um breve adendo:

Como os gramáticos normativos tradicionais brasileiros (principalmente os da segunda metade do século XX, ainda confiáveis referências) usavam como base da sistematização do registro culto sobretudo os textos literários de autores portugueses e brasileiros dos anos 1800 e 1900, precisei investigar os casos de flexão do advérbio “meio” nos textos fornecidos pelo *corpusdoportugues.org* nesses dois séculos.

* * *

Eis o resultado da investigação realizada em textos dos anos 1800 e 1900 (em linguagem literária, acadêmica e jornalística luso-brasileira):

1. 86%
2. 14% (mais de 90% dos casos de variação do advérbio são dos anos 1800)

Agora, eis o resultado da investigação realizada em textos dos anos 2012 a 2019 (linguagem jornalística só de textos brasileiros, pois o *corpusdoportugues.org/now/* só fornece essa linguagem e esse recorte temporal):

1. 99,5%
2. 0,5%

Que salto!

Ah, não posso deixar de dizer que, num *corpus* pessoal de textos em português brasileiro entre os anos 2000 e 2023 em linguagem literária, acadêmico-científica e jornalística com cerca de 10.000 páginas analisadas, encontrei simílima porcentagem à do *corpusdoportugues.org/now/* (de 2012 a 2019), ou seja, quase 100% de “meio” como advérbio invariável quando seguido de adjetivo.

Resumo da ópera:

Pelo que o site *Corpus do Português* indica, no registro culto escrito do português (europeu e brasileiro) dos anos 1800 e 1900, o advérbio “meio” até sofria alguma variação em gênero — mais de 90% dos casos só do século XIX.

Todavia, no português brasileiro contemporâneo, parece ter havido uma mudança substancial no uso desse advérbio, que está completamente adequado ao que ensinam as famigeradas gramáticas normativas tradicionais, a saber: o advérbio “meio” é **invariável**, como 99,99% dos demais advérbios.

Logo, por mais que tal advérbio tenha sofrido algum grau de flexão em gênero na norma culta dos séculos passados, qualquer afirmação (no sentido de validar, enviesada e taxativamente, como norma-padrão atual a flexão do advérbio “meio”) carece de fundamentação nos usos reais do registro culto escrito e falado do português brasileiro contemporâneo.

Portanto, se você realmente quer escrever de acordo com a norma-padrão, não varie o advérbio “meio”, senão sua frase vai ficar meia (ops!) meio despadronizada.

